

Três movimentos para problematizar o trabalho no Contemporâneo*

Fernanda Spanier Amador¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS)

Este artigo aborda as transformações contemporâneas associadas à reestruturação produtiva que marcou a passagem do modelo de acumulação taylorista-fordista para o de acumulação flexível de capital, bem como algumas ferramentas conceituais visando à análise dos modos como os sujeitos vivenciam e dão sentido às experiências de trabalho. Por fim, aborda os desafios colocados à criação de estratégias clínico-políticas, de modo a promover tanto a transformação das situações laborais quanto uma análise de como estamos fazendo a experiência de nós mesmos em meio ao trabalho no contemporâneo.

Palavras-chave: Trabalho, Subjetivação, Clínica.

Three movements to problematize the work in contemporaneity

This article approaches the contemporary transformations associated with the productive restructuring that marked the passage from the taylorist-fordist accumulation model to the model of flexible accumulation of capital, as well as some conceptual tools aiming at analyzing how individuals experience and give meaning to the work experiences. Lastly, it discusses the challenges to the creation of clinical-political strategies to promote both the transformation of work situations and an analysis of how we are making the experience of ourselves in the midst of the work realm in contemporaneity.

Keywords: Work, Subjectivation, Clinic.

A gamben (2009) diz que para sermos contemporâneos precisamos manter o olhar fixo em nosso tempo para perceber-lhe o escuro. Para ele, o contemporâneo é algo da ordem de uma experimentação, é saber ver na obscuridade, mergulhar nas trevas do presente, neutralizar as luzes que provêm de uma época. É assim que nos interessa problematizar o trabalho, procurando sendas por onde possamos, ao recuperar fragmentos de história, reinventá-lo.

Partindo do princípio de que o capitalismo contemporâneo tem produzido mudanças substanciais na gestão dos processos e na experiência do trabalho, nossas inquietações configuram um feixe de três linhas de interesses. Eles são: Como os sujeitos vivenciam e dão sentido às experiências de trabalho atravessado pelo neoliberalismo? Como se engendram os percursos de uma micropolítica do trabalho, do trabalho vivo em ato, da atividade? E como afirmar modulações conceituais e metodológicas no campo das Clínicas do Trabalho², especialmente relativas ao modo de posicionar o problema clínico do trabalho e suas estratégias, aproximando os conceitos de crítica e de clínica?

Ao nos referirmos a procedimentos de crítica e clínica queremos pensar em uma clínica do trabalho que aciona uma problematização permanente das condições e dos modos de organização concretos do trabalho. Entendemos que tal problematização é viabilizada pela própria analítica

* Este texto resulta da pesquisa em andamento “Trabalho, Subjetivação e Clínica – análises nos setores da Assistência Social, Justiça e Comunicações”, que conta com financiamento do CNPq. Essa pesquisa integra os estudos e pesquisas que desenvolvemos pelo N-PISTA(S) – Núcleo de Pesquisas em Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o qual coordenamos.

1 Psicóloga, pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Coordenadora do N-PISTA(S) – Núcleo de Pesquisas em Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s).

2 O campo das Clínicas do Trabalho reúne diferentes abordagens que visam às conexões trabalho-subjetividade. Trata-se de referências que apresentam propostas metodológicas de intervenção, de pesquisa e de pesquisa-intervenção. Dentre elas, encontram-se a Ergologia vinculada aos trabalhos da equipe de Yves Schwartz e a Clínica da Atividade desenvolvida por Yves Clot e seus colaboradores, ambas abordadas neste artigo.

realizada com os trabalhadores a partir da análise da atividade³ de trabalho, a qual possibilita efetivá-la por entre considerações relativas a sua eficácia operacional. Passando por discussões relativas aos modos como os trabalhadores enfrentam o trabalho enquanto prova, isso é, enquanto encontro com o imprevisto e com aquilo que os forçam a pensar, a ideia é tentar perturbar as conexões estabelecidas entre desejo e capital (Neves, 2004).

Tomando como mote a pergunta: como extrair elementos de crítica e clínica da análise da experiência e da atividade de trabalho perante os poderes subjetivantes que marcam o trabalho contemporâneo?, ansiamos por ferramentas conceituais e metodológicas que nos possibilitem abordar o tema da subjetividade e da saúde *no e pelo* trabalho que sejam capazes de fazer questão aos jogos de forças políticas e sociais envolvidos nesse processo, incrementando, assim, focos criacionistas de existência individual e coletiva.

Tendo como referências o feixe dessas três linhas de interesse e a pergunta acima referida propomos três movimentos de articulação conceitual e metodológica para caminharmos em direção às nossas inquietações: um primeiro no qual abordamos o tema do trabalho em sua faceta contemporânea, um segundo onde tratamos de suas conexões com a subjetividade e, por último, a tríade trabalho, subjetividade e clínica.

Primeiro movimento: trabalho

Levando em consideração os múltiplos sentidos que o trabalho comporta – podendo configurar-se como exercício de atividade vital cujo ato é responsável pela criação de bens materiais e simbólicos necessários para a sobrevivência da sociedade (Antunes, 2011) e expressando tanto um ato criador quanto uma condição de subordinação e alienação (Marx, 1971) – e reconhecendo, assim, os muitos sentidos que o trabalho adquiriu em diferentes momentos históricos, desde sua não glorificação entre os gregos até sua exaltação na Sociedade Industrial, neste texto partimos das configurações do trabalho no contemporâneo para depois desdobrarmos os outros dois movimentos que seguirão.

Assim, nosso ponto de partida é a reestruturação produtiva que se iniciou nos anos 1970 com a crise do fordismo, marcando a passagem do modelo de acumulação taylorista/fordista para o de acumulação flexível de capital. Nesse processo, a chamada Terceira Revolução Industrial teve papel decisivo: trata-se do advento das telecomunicações e da informática.

A partir daí, segundo Allié e Feher (1988), o espaço produtivo se dissemina em escala vertiginosa pelo tecido urbano, invadindo, inclusive, o espaço doméstico e a informação, esta ganhando supremacia em relação ao próprio trabalho enquanto mercadoria. Além disso, o fenômeno da globalização vem redefinindo as relações de produção, acarretando na abertura dos mercados como força reguladora da economia e fortalecendo políticas neoliberais. Com isso, a lógica preponderante passa a ser a da liberdade dos indivíduos e a do livre funcionamento dos mercados, sendo esses os principais elementos reguladores da sociedade.

Segundo Krein (2011), o neoliberalismo apresenta duas dimensões complementares em relação ao trabalho: a compreensão do trabalho como expressão do exercício da liberdade dos indivíduos, tendo como pauta a meritocracia e a proposição de um conjunto de políticas de desregulamentação do mercado de trabalho, com diminuição da proteção social, flexibilização de direitos trabalhistas e redefinição do papel dos sindicatos; além disso, cresce o número de trabalhadores subcontratados, há um declínio das grandes organizações operárias acompanhado

³ A atividade é aqui entendida no escopo das abordagens da Ergologia e da Clínica da Atividade e refere-se aos modos como os trabalhadores fazem a gestão da distância entre o Trabalho Prescrito e o Trabalho Real, e aos modos como enfrentam as infidelidades do meio de trabalho (Canguilhem, 2001).

de uma fragmentação dos coletivos e de uma intensificação dos quadros de precarização no trabalho, devido às reduções de encargos salariais e sociais, bem como pelo retraimento dos empregos estáveis.

Nesse sentido, importantes mudanças em nível macrossocial vão ser acompanhadas de movimentos micropolíticos peculiares que vão reconfigurar os elementos do jogo que envolve o Estado, o Capital e o Poder (Nardi, 2006). A ordem social pautada no direito ao trabalho, por exemplo, com o objetivo de pleno emprego e de concentração dos trabalhadores em grandes fábricas, modifica-se e dá passagem a um sistema produtivo que vê crescer o setor de serviços, já não oferecendo mais a tranquilidade dos empregos estáveis e duradouros.

Castel (2009) também discute a esse respeito analisando que as antigas formas de organização do trabalho calcadas na relação trabalho-emprego assalariado dão agora lugar a um número crescente de supranumerários, que vão ocupando uma faixa de desfilados e que constituem, dessa forma, um exército de reserva sempre pronto a ser convocado conforme as flutuações econômicas. Além disso, ao modificar a forma contratual que caracteriza o emprego enquanto certo critério de coesão social, um contexto de insegurança, de alta mobilidade e de recrudescimento da competição individual é gerado. As estratégias neoliberais se acirram, investindo em fluência mercantil e na produção de uma ética individual capitalista pautada na defesa do aumento da produtividade como um fim em si mesmo (Allièz & Feher, 1988).

Com essa lógica, segundo os autores, “enfrenta-se” o retraimento dos empregos estáveis e a perda das proteções sociais e da identidade operária, aspecto bem expressado na nova nomenclatura em voga no discurso empresarial, na qual se substitui o trabalhador pelo “colaborador”. Gera-se então uma nova imagem do *Homo economicus*⁴, que é a de um indivíduo produtor-consumidor de suas próprias satisfações finais, passando mais tempo de suas vidas as produzindo do que delas usufruindo. Trata-se da passagem de um regime de assujeitamento social ao de escravização maquínica.

Com isso, o trabalho cada vez mais se torna imaterial, isso é, a “centralidade no trabalho vivo cada vez mais intelectualizado” (Lazzarato & Negri, 2001, p. 26). Isso ganha relevância no atual modelo de produção capitalista, raciocínio seguido também por Gorz (2005). Para ele, vive-se uma exigência de investimento em si próprio por meio de estratégias de automotivação, das quais depende a qualidade do trabalho. Desfeitas as relações salariais convencionais, os funcionários têm que tornarem-se empresas e é sobre eles que o capital exerce seu poder. Assim, temos no lugar da exploração pelo outro a autoexploração, o Eu S/A, conforme Gorz, ou, ainda, a transformação de cada indivíduo em um empreendedor a serviço dos ideários produtivistas, como afirma Gaulejac (2007), em uma flagrante situação onde trabalhador e capitalista identificam-se.

As análises de Gorz nos auxiliam a pensar na substituição da valorização do capital fixo material pelo capital imaterial, esse entendido como capital humano, capital conhecimento ou capital inteligência, residindo aí o cerne das novas metamorfoses do trabalho. Importando mais a imaginação e o saber dos trabalhadores enquanto capital humano flexível do que a fixidez dos produtos enquanto capital material, investe-se maciçamente no envolvimento pessoal dos trabalhadores com a tarefa, que passam a estar conectados ao trabalho em tempo integral, e valendo-se, para tanto, dos recursos tecnológicos de informação e comunicação disponíveis nos espaços fora do trabalho.

Apesar dos efeitos francamente individualizantes dos novos arranjos do capitalismo, torna-se difícil mensurar o desempenho individual, o que leva a necessidade da gestão operar por objetivos, na qual interessa o retorno do trabalho como prestação de serviços. Além disso, Gorz

4 O *Homo economicus* clássico, segundo Allièz e Feher (1988), corresponde à forma sujeito com livre arbítrio para escolher entre os produtos que lhe é oferecido, e na esfera da produção é o trabalhador que negocia o preço de sua força de trabalho diferentemente da concepção neoliberal de *Homo economicus*, na qual o indivíduo não é trabalhador-consumidor livre, mas produtor. Assim, cada indivíduo produz suas satisfações finais (passam mais tempo as produzindo do que delas usufruindo), e é permitido a ele ganhar mais tempo para produzir suas satisfações finais.

(2005) chama a atenção para mais um aspecto de grande relevância: o de que “o trabalhador não se apresenta mais apenas como possuidor de sua força de trabalho hetero-produzida mas como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir” (p. 19). Temos assim a face, talvez a mais perversa, que o capitalismo assume no contemporâneo: tornamo-nos os maiores controladores de nós mesmos na direção dos ideários de produtividade de nossa época, o que dificulta o traçado de estratégias de resistência capazes de enfrentar essa nova ordem mundial, imiscuída pelos mais ínfimos espaços cotidianos.

Se antes, no período do taylorismo e do fordismo o trabalho era marcado pelos processos disciplinares e organizado pela regência de uma racionalização científica que visava controlar os tempos e os movimentos dos trabalhadores e dividi-los entre aqueles que pensam e aqueles que executam, os novos modos de organização do trabalho que seguem o rastro das transformações que configuram o modelo de acumulação flexível de capital exigem trabalhadores cooperativos baseados na multifuncionalidade e na polivalência (Nardi, 2006).

Foucault (2008), a partir de suas análises relativas ao neoliberalismo contemporâneo, ainda nos fornece instigantes elementos para pensarmos a emergência de um novo “*Homo Oeconomicus*”, aquele centrado em uma racionalidade atomística do indivíduo que exerceria um importante papel no conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal, cumprindo uma função no jogo estratégico do Estado Mínimo, necessário aos livres fluxos do mercado e da concorrência econômica. Para ele, trata-se de criar mecanismos de intervenção e vigilância governamental constante, de modo a imbricar as ações dirigidas ao econômico e aquelas dirigidas às populações por meio da via de controle da vida – pela biopolítica.

Tematizar as bases do neoliberalismo americano ajuda-nos a pensar que o capitalismo contemporâneo se assenta, sobretudo, em uma certa relação entre governantes e governados, de modo que o “*Homo Oeconomicus*” não figura mais como um parceiro de troca, e sim como um empresário de si mesmo. O Trabalhador torna-se seu próprio capital, e sendo seu próprio produtor, gera-se o homem de consumo que é, ao mesmo tempo, um produtor – produtor de sua própria satisfação. Com isso, Foucault (2008) nos permite evidenciar que a política de crescimento econômico não depende mais do investimento físico, mas, em lugar disso, do investimento em Capital Humano, formando competências-máquina que vão produzir renda.

A partir desses elementos estamos prontos para o segundo movimento, no qual nos dedicamos a algumas possibilidades conceituais e metodológicas para analisar as conexões trabalho contemporâneo-subjetivação.

Segundo movimento: trabalho e subjetivação

As considerações a respeito das transformações do trabalho que abordamos aqui brevemente levam-nos a indagar a respeito dos “modos como os sujeitos vivenciam e dão sentido às experiências de trabalho, bem como a respeito da forma como as relações e os contextos de trabalho produzem determinados modos de constituição dos sujeitos” (Tittoni & Nardi, 2011). “Sendo assim, recusamos qualquer concepção de subjetividade enquanto interioridade privativa, passível de totalização ou de centralização no indivíduo” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 31). Isso porque, na atual configuração do capitalismo, que Guattari define como sendo Mundial e Integrado, a subjetividade é a matéria-prima de toda e qualquer produção, processando-se por diversos equipamentos sociais, não apenas pelo trabalho, no intuito de que todos estejam aptos a reproduzir as relações subjetivas capitalizadas.

Assim, o pensamento de Deleuze e Guattari (1997) é importante, pois nos fornece elementos para que problematizemos a subjetividade pela via dos processos de subjetivação, isso é, pela zona

processual dos modos de subjetivação; quais maneiras de pensar, de sentir e de agir são produzidas por um jogo de forças, de virtuais em curso de atualização (Deleuze & Parnet, 1998).

A partir daí, é de um Ser que está no devir e não o contrário que nos ocupamos, de um trabalhador que embarca nos devires que toda atividade de trabalho implica, buscando elementos para pensarmos essa processualidade pelo complexo embaralhado de linhas, as quais as forças podem tomar como travessia, tanto em percursos de adesão ao poder quanto de criação frente a ele, criação essa que, em última análise, consiste na resistência. Longe de corresponder a uma representação do sujeito, a subjetividade é tomada como uma zona que responde a uma articulação polifônica de forças vitais (vivas e/ou revitalizadas) nas circunstâncias que envolvem o trabalho, fazendo-se em uma zona de entremeio, no campo das singularidades.

Ainda em interlocução com o pensamento foucaultiano (Foucault, 1984), interessa-nos pensar a subjetividade pelas análises relativas aos modos como os trabalhadores fazem a experiência de si nos jogos de verdade que caracterizam as relações de poder mediadas pelo trabalho em uma determinada sociedade. Tecem, assim, essa analítica em relação aos modos como fazem a gestão cotidiana de seu trabalho, normatizando e renormatizando incessantemente seu trabalho por meio de sua atividade⁵. É assim que buscamos aproximar as análises relativas ao trabalho e a subjetivação por meio de uma analítica da experiência e da atividade do trabalho.

O conceito de experiência na obra de Foucault (1984) é importante por articular três problemáticas-chave: a dos jogos de verdade, a das relações de poder e a das formas de subjetividade, implicando a análise dos dispositivos a eles vinculados e permitindo-nos acessar a dimensão de uma experiência histórica na qual o sujeito pensa a si próprio. Trata-se, então, de pensar a experiência como forma histórica de subjetivação, isso é, pensar pela historicidade própria das formas de experiência, procurando traçar esse algo que se fabrica para si por meio do quê e do como se faz no trabalho. Por outro lado, considerando-se que as formulações foucaultianas também nos fornecem elementos que permitem pensar a respeito da realização de um trabalho sobre nós mesmos em uma direção ética, a obra do pensador nos permite, ainda, acessar a uma dimensão “sem sentido”, algo que pode “fazer desmoronar as pilastras de toda obra da razão e da história” (López, 2011, p. 51). Referimo-nos àquilo que corresponderia ao que Foucault (1984) sugere como “liberar o pensamento daquilo que pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente” (p. 16).

Sustentamos o conceito de atividade a partir de Yves Schwartz (2000a) e de Yves Clot (2010a), ambos os autores do campo das chamadas Clínicas do Trabalho. Tomar a relação trabalho-subjetividade pela via analítica da atividade implica remeter-se a esfera das múltiplas microgestões inteligentes da situação e ao tratamento das variabilidades (Schwartz, 2000b). Para Schwartz (2000a), a atividade diz respeito a uma concepção mais geral da atividade humana de renormalização parcial dos meios de vida; trata-se de um movimento permanente no âmbito dos saberes produzidos no trabalho, ligado aos planos da técnica e da linguagem, produzindo normas antecedentes que são sempre renormatizadas no recomeço indefinido das atividades. Movimento que emerge das convocações diárias impostas pela lacuna entre Trabalho Prescrito e Trabalho Real, lacuna que se abre a uma (des)formação que emerge das práticas e das experiências, implicando dramáticas de usos de si.

Clot (1985), investindo o conceito de atividade com a ideia de *conatus* em Spinoza, sustenta-o no esforço de preservação no ser que vincula o dinamismo da vida à inteligência, à produtividade

5 As formulações da Ergologia (Schwartz, 2000a) e da Clínica da Atividade (Clot, 2010a) colocam elementos instigantes para prosseguir a conversa na direção das articulações trabalho-subjetivação-clínica. Para Schwartz (2007), mais importante do que falar em subjetividade é falar em Corpo-Si, essa instância que se constrói ao fabricar o meio, em uma imersão na vivência concreta do que se passa em determinado instante no campo empírico em que os atores se engendram permanentemente. Já para Clot (2010a), a subjetividade é pensada em uma perspectiva processual, pelo movimento que se passa por entre as instâncias que configuram os *métiers*: pessoal, impessoal, interpessoal e transpessoal. Com isso, os autores interessando-se pelas situações concretas vividas pelos trabalhadores nos locais de trabalho permitem-nos analisar como a subjetivação vai seguindo seu curso na gestão do próprio trabalho pelos próprios trabalhadores, no cotidiano de organizações e serviços.

do ato e à realização de si. O poder de agir está, dessa forma, conectado ao poder de existir, estando o *conatus* ligado a um esforço de preservação no próprio ser, conforme sustenta Deleuze (2002) em uma obra dedicada a Spinoza. Trata-se de um esforço ou tendência para afirmação da existência, e cumprindo os afetos uma função de aumentar ou diminuir a capacidade de agir do próprio corpo. Ter o poder de agir como expansão dos modos de fazer o trabalho e de existir, esta é a proposta da abordagem de Clot (2006; 2010a), para quem a atividade é, na realização efetiva da tarefa – por ela, mas também por vezes contra ela –, recriação de meios para viver. Investimentos vitais esses que aparecem em sua obra como abertura à controvérsia entre real e possível da atividade para assim fazer viver o trabalho, e que pensamos, ainda, como trânsito entre virtual e atual na atividade (Amador, 2011).

Clot (2010a) convoca-nos, assim, a pensar o trabalho em sua dimensão de variação da potência de agir, como *primum movens* do trabalho, isso é, como sendo o fundamento primeiro do movimento, causa eficiente e não final (Deleuze, 2002). Nascente da ação, a atividade pertence, então, à ordem de uma vitalidade. De uma vitalidade do trabalho, como sugere Durrive (2007): “A ação tem um início e um fim determinados; ela pode ser identificada (gesto, marca), imputada a uma decisão, submetida a uma razão [...], já atividade é um *élan* de vida e de saúde” (p. 19).

Tal perspectiva encontra fundamento nas formulações de Canguilhem (2001), que funda o significado do normal por uma análise filosófica da vida, entendida como atividade de oposição à inércia e à indiferença. Se a vida é sempre atividade de oposição à inércia e à indiferença, isso é verdade, também, no caso da vida no trabalho. Se a vida no trabalho é tentativa de viver, ela é também tentativa de nunca somente sofrê-la, ela é tentativa de fazer valer nesse meio – nesse tecido de normas antecedentes, nesse enquadramento abstrato do trabalho –, as normas de vida oriundas da própria história daqueles que trabalham, oriundas do que é para eles viver em saúde.

Sempre enigmática e em permanente construção, a atividade implica mais do que dimensões lógicas, diz Clot (2010a), e exige dimensões poéticas, pois são regidas pelo signo da criação como fonte permanente de invenção de novas formas de viver. Assim é a singularidade que se coloca como objeto de estudo no campo do trabalho como atividade, o que implica operar pela compreensão de uma situação ligada à unidade subjetiva e a uma experiência, e não somente às representações funcionais que a experiência supõe. A atividade, então, é o meio pelo qual se faz a história de um ofício, que decorre do trânsito por entre instâncias institucionalizadas pelas prescrições organizacionais, e também de prescrições do gênero profissional e, ainda, por movimentos de estilização (Clot, 2010a) – esses ligados aos movimentos de singularização no trabalho.

Desse modo, entendemos que os referenciais que caracterizam o trabalho como atividade nos possibilitam explorar as fronteiras entre trabalho, subjetivação e experiência, colocando em análise os modos como os trabalhadores vivem o labor no enfrentamento das provas do real e em suas situações concretas de trabalho, abrindo-se, assim, instigantes questões no que se refere às estratégias de produção de conhecimento *com* os trabalhadores.

Abordar essas questões pela via do trabalho enquanto atividade permite-nos interrogar a processualidade dos modos de trabalhar de maneira a extrair da micropolítica do trabalho (Neves, 2004), do trabalho vivo em ato (Mehry, 2009) e da atividade (Schwartz, 2000; Clot, 2010a) elementos problematizadores da experiência do trabalho, para assim produzir crítica, tanto em relação ao modelo de organização do processo de trabalho instituído nas organizações e serviços, quanto em relação à reprodução de instituições que são operadas pelo trabalho cotidiano dos trabalhadores.

Lhuillier (2013) afirma que “a atividade é, também, colocação à prova das representações socialmente construídas, propondo uma definição de tarefas a realizar, visando a orientá-las e a normalizá-las” (p. 483). A autora diz ainda:

A expressão de Yves Schwartz, retomada aqui, interroga sobre a equivocidade do termo uso. Se, em um primeiro sentido, o uso é inicialmente aquele que os outros querem fazer de nós, colocando assim reforço sobre as dimensões sócio-históricas do trabalho, o segundo sentido remete ao uso que se faz de si mesmo em uma busca por realização de si (p. 484).

E complementa, dizendo: “Não se trata de uma adaptação ao estado de coisas existentes, mas sim da construção da capacidade de colocar em questão esta ordem” (p. 484).

Tais considerações instigam-nos às investigações que consideram os trabalhadores como protagonistas das cenas laborais, privilegiando assim a análise de processos de trabalho em seu fazer-se, por meio da atividade e pela experiência do trabalho. Posicionando-os, dessa forma, no escopo de uma micropolítica; ou seja, caracterizando o trabalho pela via de um agenciamento onde se cruzam os níveis do molar e do molecular (Neves, 2004), os níveis das metanarrativas sobre o trabalho e as situações concretas vividas nos locais de trabalho, pelas suas especificidades e variabilidades.

Terceiro movimento: trabalho, subjetivação e clínica

Chegamos ao terceiro movimento, pelo qual pretendemos ligar os modos de organização do trabalho contemporâneo, buscando entender como ocorrem, nesse propósito, a experiência e a atividade de trabalho dos trabalhadores, indagando a respeito da potência de produzirem-se efeitos clínicos por entre tais elementos. É relevante dizer que ao falarmos de clínica não nos referimos à prática de especialistas para restaurar estados de saúde perdidos, trata-se, ao invés disso, de pensar a clínica como produção de desvio operado por procedimentos de crítica frente ao instituído, estabelecendo, assim, possibilidades à deflagração de atos criadores de modos de vida.

No que se refere às experiências cotidianas dos trabalhadores, o desafio sob o ponto de vista das Clínicas do Trabalho está em compreender como eles dão sentido a elas, gerando práticas que, por entre os modos operatórios de seu fazer laboral, produzem modos de relação consigo mesmos e com o mundo tendo como base os arranjos forjados pelo Capitalismo Mundial Integrado (CMI) (Guattari & Rolnik, 1996). Forjados pelo CMI que, enquanto modalidade de produção de capital que marca o contemporâneo, é feita de uma maquinaria que reproduz incessantemente relações subjetivas capitalizadas.

Assim, a clínica que nos interessa é aquela que catalisa a análise junto com trabalhadores a respeito dos processos institucionais materializados em determinados modos de organizar e viver o trabalho, visando a produzir elementos que favoreçam movimentos afirmativos de diferença, de coletividade e de crítica. Crítica que aqui, além do sentido de provocar crise em relação ao instituído, ganha também o sentido que lhe atribui Foucault, que é: um movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade. Trata-se de uma arte de inservidão voluntária, de uma atitude de desassujeitamento.

Yves Clot (2010b) apresenta os movimentos que levaram para a França a Psicopatologia do Trabalho e as Clínicas do Trabalho. Inicialmente, com os Psicotécnicos no início do século XX, tivemos a saída dos pesquisadores dos laboratórios para irem até as fábricas. Entendendo a necessidade de que os próprios pesquisadores realizassem o trabalho que investigavam, alguns deles passaram a fazê-lo, provocando mudanças radicais nos modos de aproximação da temática do trabalho humano da época. Entretanto, em que pesem os movimentos revolucionários daquele momento, os desenvolvimentos da Psicotécnica foram cooptados pela lógica produtivista industrial, levando à transformação da Psicotécnica em Psicotécnica da Aptidão.

A partir daí, surgiram três correntes com o objetivo de criticar a Psicotécnica: a Psicologia Cognitiva, a Ergonomia e a Psicopatologia do Trabalho. Com elas surgiram novos debates,

principalmente destacando que as aptidões não estão localizadas nos sujeitos trabalhadores, mas na situação. Além disso, vão ser postos em debate outros dois aspectos: a aproximação do conceito de atividade com o de saúde e a discussão do trabalho como sendo lugar de um drama para o sujeito, drama esse entendido tanto como psíquico (Dejours, 1992) quanto como convocação para agir, exigindo *dramáticas dos usos de si* (Schwartz, 2000b).

Lhuillier (2006) apresenta a colaboração do trabalho dos Psicólogos Sociais Clínicos ao campo, que vão privilegiar as relações interpessoais, o grupo, a instituição e a organização. O grupo, enquanto objeto de conhecimento e lugar de uma prática, faz-se objeto de numerosas experimentações e de experiências em clínica do trabalho, podendo aproveitar-se, em sua investigação, de dinâmicas coletivas mobilizadas por ocasião do trabalho. Porém, a autora ressalta que a referência à tarefa, à atividade, à organização produtiva e à realidade de que se trata de transformar nos contextos está nessa perspectiva, o que contribuiu para um deslocamento progressivo da investigação clínica em torno de outros objetos, tais como a instituição e a organização em particular.

Para a autora, a noção de organização designa um conjunto estruturado de papéis, de relações de poder e de normas, estabelecido para responder aos objetivos de produção de bens e de serviços. Mas uma organização pode também definir-se como a colocação de recursos individuais para permitir a realização de uma ação coletiva. Já a noção de instituição (que não se confundirá com o uso corrente da palavra que designa um estabelecimento), consiste em um fato social específico que se reconhece por seu aspecto normativo e que visa o controle social pela interiorização de normas. Sendo conjuntos de normas, as instituições governam a sociedade e contribuem para a estabilidade da ordem existente, sendo produzidas pela prática de relações e de atividades humanas. Por outro lado, as instituições são repletas de forças instituintes, essas da ordem de uma molecularidade que, em seguida, pode ganhar aparência de formalização institucional, uma vez que a institucionalização consiste em uma “operação no cruzamento do macro com o micro que, não se opondo contraditoriamente, cria zona de passeio na coextensão molar-molecular” (Amador, 2012, p. 135). Percebe-se com isso que a atividade é colocada no centro da produção institucional, uma vez que a experiência prática mostra que o real ultrapassa as representações contidas no projeto da ação.

As conexões entre o plano institucional e a atividade de trabalho já havia sido assinalada pelo institucionalista François Tosquelles (1967). Para ele, era preciso atentar para a atividade dos internos de hospitais psiquiátricos na França, visando à transformação da instituição. Para ele, era preciso ultrapassar a chamada Ergoterapia para enfatizar a atividade dos mesmos enquanto trabalhavam, ou seja, a processualidade gerativa da ação desses internos enquanto trabalhavam, pois assim se teriam ferramentas para criticar a instituição psiquiátrica, e também para reinventá-la, catalisando forças instituintes. Com isso, Tosquelles chamava a atenção para a imbricação entre atividade e pautas normativas, tanto do ponto de vista do seu arranjo institucionalizante quanto de sua potência desinstitucionalizante. Tal aspecto é retomado por Yves Clot no pós-fácio da obra *Le Travail Thérapeutique à l'hôpital Psychiatrique*, de autoria de Tosquelles, avançando nas considerações relativas à potência de considerar o trabalho como atividade para realizar análises das instituições.

Recuperamos as considerações de Tosquelles a respeito das conexões atividade-instituições para indagar a respeito dos tópicos da Clínica do Trabalho que nos interessam produzir, e também para argumentar acerca das razões pelas quais os referenciais do campo que operam com o conceito de atividade nos são importantes.

Se a vida é sempre atividade de oposição à inércia e à indiferença, isso ocorre, também, no caso da vida no trabalho. Se a vida no trabalho é tentativa de viver, ela é também tentativa de nunca somente sofrê-la; é tentativa de fazer valer nesse meio – nesse tecido de normas antecedentes, nesse enquadramento abstrato do trabalho – as normas de vida oriundas da própria história daqueles que trabalham, oriundas do que é para eles viver em saúde.

Assim, considerar o tema da clínica enquanto problema leva-nos a buscar desenvolver, conceitual e metodologicamente, ferramentas que nos permitam considerar o trabalho como prova de maneira a enfocar mais que o sofrimento, o esforço de vida nessa prova, conforme sugere Lhuilier (2006), e afirmar o ato clínico do trabalho como exercício crítico do instituído e como experiência de crise (Passos & Benevides, 2001).

Seguindo os passos, em especial os de Passos e Benevides, interessa-nos apostar em uma Clínica do Trabalho enquanto experiência de desvio, do *clinamen* que faz bifurcar um percurso de vida na criação de novos territórios existenciais, afirmando uma ruptura com o sentido da clínica enquanto inclinar-se sobre o leito do paciente a partir do sentido etimológico de *klinikós*, que designa o sentido de leito, repouso e dobramento para restaurar estados de saúde perdidos. Desejamos, em lugar disso, afirmar uma clínica do trabalho afirmativa de des-dobramentos, de abertura dos modos de trabalhar às forças que podem fazê-los advir outros.

Por entre as concepções do ato clínico do trabalho afirmados pelas diferentes abordagens Clínicas do Trabalho aqui discutidas interessa-nos produzir uma clínica nesse campo que, por entre suas contribuições, permita-nos a afirmação das infinitas possibilidades de vida e o incentivo a uma relação inventiva com o trabalho por onde possam ser colocadas em questão as relações entre saber-poder-verdade na esfera do trabalho cotidiano, potencializando problematizações relativas aos modos como nos tornamos sujeitos trabalhadores e possibilitando movimentos éticos de afirmação da diferença de si e dos modos de trabalhar.

Tomando o trabalho em sua dimensão de atividade, de renormatização que implica uma experiência, uma forma histórica de subjetivação, procuramos traçar esse algo que se fabrica para si por meio do quê e do como se faz no trabalho, sendo possível que a análise da atividade e da experiência nos leve a um trabalho sobre nós mesmos em uma direção ética. Nesse caso, aí reside nosso objetivo crítico-clínico, que é apostar em modos de produzir saúde pela afirmação da vida em toda a sua potência de cri(tic)ar por entre as lógicas que visam a capturá-la. Nessa perspectiva, a saúde no/pelo trabalho é por nós entendida, no encaixe de Clot (2010a), como expansão do poder de agir, produção de normas vitalmente superiores (Canguilhem, 2001) e como reação aos momentos em que a vida se apequena (Nietzsche, 1988).

Na tarefa de fazer-se a si mesmo e ao trabalho, cultivando sua própria vida e a do seu labor enquanto ofício, trabalhar e subjetivar implicam em um perpétuo movimento de construção e desconstrução e na experimentação de forças transbordantes aos contornos já conhecidos.

Seligmann-Silva (2011) ao dizer: “Acreditamos que as metamorfoses conjugadas – do sofrimento social contemporâneo, das formas de dominação, do trabalho e do desgaste humano, exigem outras formas de ação social e de trabalho clínico” (p. 490), convoca-nos a pensar em que clínica do trabalho precisamos. Exaltando a intrincada relação entre trabalho, modos de sociabilidade e saúde pelo viés das análises relativas à precarização do trabalho no contemporâneo, a autora instiga-nos à tarefa de produzir conhecimento no campo do trabalho que vise a dar conta desses elementos em uma direção ética. Tal intento é ainda reforçado por Clot (2010b) quando alerta que vivemos em tempos onde a cadeia de acontecimentos cria um novo sistema produtivo: de um lado apresenta-se uma loucura produtivista, uma busca desenfreada por rendimento e um aumento inevitável da pressão sobre os indivíduos, e por outro criam-se dispositivos de gestão do sofrimento e de amortecimento psicológico para aquilo que é insuportável. É preciso uma clínica que mantenha viva a experiência para transformar a situação profissional, diz o autor, ao que acrescentamos: é necessário fazê-lo por meio de uma análise a respeito de como estamos fazendo a experiência de nós mesmos em meio ao trabalho no contemporâneo.

Retornando ao feixe de três linhas de interrogação que fomentam nossas pesquisas: Como os sujeitos vivenciam e dão sentido às experiências de trabalho atravessado pelo neoliberalismo? Como se engendram os percursos de uma micropolítica do trabalho, do trabalho vivo em ato,

da atividade? E como afirmar modulações conceituais e metodológicas no campo das Clínicas do Trabalho, especialmente relativas ao modo de posicionar o problema clínico do trabalho e suas estratégias, aproximando os conceitos de crítica e de clínica? Tentamos, com as linhas traçadas até aqui, produzir um caminho de possibilidades teórico-metodológicas para nos auxiliar na tarefa de produzir conhecimento *com* os trabalhadores, a respeito da experiência do trabalho no contemporâneo. Interessa-nos, como dissemos, as analíticas de como os trabalhadores e trabalhadoras enfrentam os desafios diários de suas atividades de trabalho, entendendo que o efeito clínico a perseguir é aquele que interroga acerca dos modos de sujeição, bem como de possíveis resistências. Resistência que aqui passa pela afirmação no trabalho dos atos de criação, não a criação prescrita e almejada pelos ideários de gestão afinados com os anseios de produtividade, mas aqueles que permitem que, enfim, a crítica se encontre com a clínica.

Referências

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos.
- Alliez, E., & Feher, M. (1988). Os estilhaços do Capital. In E. Alliez (Org.), *Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital*. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária.
- Amador, F. S. (2011). Produção de imagens, subjetivação e trabalho penitenciário: uma contribuição às clínicas do trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2, 358-373.
- Amador, F. S. (2012). Institucionalizar. In T. M. G. Fonseca, M. L. Nascimento & C. Maraschin (Orgs.), *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Antunes, R. (2011). Trabalho. In: A. Cattani & L. Holzmann (Orgs.), *Dicionário de trabalho e tecnologia* (2a ed.). Porto Alegre, RS: Zouk.
- Canguilhem, G. (2001). Meio e normas do homem no trabalho. *Pro-posições*, 12(2-3), 35-36.
- Castel, R. (2009). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Clot, Y. (1985). *Le travail sans l'homme?* Paris, França: La Découverte.
- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Clot, Y. (2010a). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte, BH: Sobrefactum.
- Clot, Y. (2010b). A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da Clínica da Atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 207-234.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo, SP: Cortez/Oboré.
- Deleuze, G. (2002). *Espinoza: filosofia prática*. São Paulo, SP: Escuta.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 4). Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.
- Deleuze, G., & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo, SP: Editora Escuta.
- Durrive, L. (2007). *Trabalho & ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade: o uso dos prazeres* (Vol. 2). Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, SP: Ideias e Letras.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gorz, A. (2005). *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo, SP: Annablume.
- Krein, J. D. (2011). Neoliberalismo e trabalho. In A. D. Cattani, & L. Holzmann, *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre, RS: Zouk.
- Lazzaratto, M., & Negri, A. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A.
- López, M. V. (2011). O conceito de experiência em Michel Foucault. *Revista Reflexão e Ação*, 19(2), 41-55.
- Lhuillier, D. (2006). *Clínicas du travail*. Paris, França: Érès.
- Lhuillier, D. (2013). Trabalho. (F. S. Amador, trad.). *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 483-492.
- Marx, K. (1971). *O Capital*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

- Mehry, E. (2009). Enfrentar a lógica do processo de trabalho em saúde: um ensaio sobre a micropolítica do trabalho vivo em ato, no cuidado. In S. R. Carvalho, S. Ferigato, & M. E. Barros (Orgs.), *Conexões: saúde coletiva e política de subjetividade*. São Paulo, SP: HUCITEC.
- Nardi, H. (2006). *Trabalho, subjetividade e ética: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal (1970-1999)*. Porto Alegre, RS: UFRGS.
- Neves, C. B. A. (2004). Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 56(1), 2-19.
- Nietzsche, F. (1988). *Além do bem e do mal: prelúdio de uma filosofia do futuro*. São Paulo, SP: Hemus.
- Passos, E., & Barros, R. B. (2001). Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. *Psicologia Clínica*, 13(1), 89-99.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo, SP: Cortez.
- Schwartz, Y. (2000a). A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho & Educação*, 7, 38-46.
- Schwartz, Y. (2000b). Trabalho e uso de si. *Pro-Posições*, 1(5), 34-50.
- Schwartz, Y. (2007). Trabalho e uso de si. In Y. Schwartz, & L. Durrive (Orgs.), *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói, RJ: EdUFF.
- Tittoni, J., & Nardi, H. (2011). Subjetividade e trabalho. In A. Cattani, & L. Holzmann (Orgs.), *Dicionário de trabalho e tecnologia* (2a ed.). Porto Alegre, RS: Zouk.
- Tosquelles, F. (1967). Le travail thérapeutique à l'hôpital psychiatrique. *Bibliothèque de l'infirmier psychiatrique*. Collection dirigée par Roger Gentis. Paris, França: Scarabée.

Endereço para correspondência
feamador@uol.com.br

Recebido em: 26/05/2014
Revisado em: 02/04/2015
Aprovado em: 30/04/2015